



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

June 2023 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Caras leitoras, Caros leitores,

Agora que nos aproximamos de mais uma reunião plenária carregada de pareceres sobre vários assuntos importantes, há um tema em particular para o qual gostaria de chamar a vossa atenção: a juventude. Envolver os jovens nos nossos processos democráticos não é algo que seja simplesmente «preferível fazer», mas é antes algo que «se deve fazer», pois o futuro da Europa é o seu futuro. É por esta razão que uma das minhas prioridades políticas principais é transformar o CESE num verdadeiro fórum de nova geração, onde os jovens podem intervir e, mais importante ainda, onde as suas vozes são ouvidas. Esta semana, teremos a oportunidade de debater e adotar alguns dos primeiros elementos constitutivos deste

fórum de nova geração.

Em primeiro lugar, decidiremos da criação de um novo Grupo para a Juventude no CESE. Apoiando-nos no Ano Europeu da Juventude e na história fantástica desta casa, temos uma base sólida para avançar nesta iniciativa. A ideia é que o grupo se concentre em entender os diversos desafios que os jovens enfrentam atualmente e em formular soluções eficazes para a sua participação nas atividades do CESE. O grupo analisará as diferentes opções para a criação de um órgão permanente para a juventude no CESE. Ao criar o grupo, quero assegurar que as questões relacionadas com a juventude são abordadas de forma exaustiva, com a máxima dedicação e, sobretudo, que permaneçam no topo da agenda do CESE.

Em segundo lugar, nas próximas semanas vamos debruçar-nos sobre um projeto-piloto destinado a incluir a avaliação da UE da perspetiva dos jovens nos pareceres do CESE. A ideia é garantir que os nossos pareceres passam esse teste da perspetiva dos jovens. Tal ajudar-nos-á a incorporar plenamente as suas perspetivas, necessidades e aspirações no nosso processo de decisão, promovendo uma abordagem verdadeiramente participativa e inclusiva na definição das políticas da UE.

Nos próximos dias, contarei com o apoio e empenho dos nossos membros para fazer avançar estas decisões. Este será o nosso testemunho para os jovens cidadãos da UE de que podemos transformar palavras em ações e promessas em realidade, fazendo deste fórum o fórum dos jovens.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

5 e 6 de julho de 2023, Alexandria, Egito

12 e 13 de julho de 2023, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

19 de julho de 2023, Bruxelas

[Combater a pobreza energética rumo a uma transição justa](#)



DIRETO AO ASSUNTO

Nesta edição, o relator Jan Dirx partilha os pontos de vista do CESE sobre um dos temas mais controversos da agenda europeia: a reforma do mercado da eletricidade da UE.

O CESE analisou o modelo delineado pela Comissão Europeia para este mercado e, nesta coluna, Jan Dirx explica, sucintamente, as propostas do Comité com vista a torná-lo mais vantajoso para os consumidores, para as empresas e, de um modo geral, para os cidadãos.

O relatório do CESE sobre a reforma do mercado da eletricidade será debatido na reunião plenária de junho.



REFORMA DO MERCADO DA ELETRICIDADE: LIBERALIZAR SEMPRE QUE POSSÍVEL, REGULAR SEMPRE QUE NECESSÁRIO

Por Jan Dirx

A reforma do mercado da eletricidade da UE deve basear-se num modelo híbrido que conjugue as forças de mercado e a gestão governamental, uma vez que a energia não é um produto de base como qualquer outro.

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) reclama há muito uma reforma do mercado da eletricidade da UE. Os riscos a que o mercado da eletricidade da UE está exposto são, na prática, amplamente imputados aos consumidores e às empresas. Depois de a Rússia ter iniciado a guerra contra a Ucrânia, os preços da energia, que já estavam numa trajetória de subida desde 2021, dispararam. A guerra teve um impacto significativo no custo dos combustíveis fósseis – em especial do gás, que é utilizado para produzir grande quantidade de eletricidade – e esses aumentos de preços agravaram a fatura dos consumidores finais.

Esta evolução conduziu a uma proposta da Comissão Europeia de reforma do mercado da eletricidade da UE. O CESE reconhece que a proposta da Comissão dá alguns passos significativos, embora insuficientes, pelo que apresenta uma série de propostas de reforma mais abrangentes.

O princípio fundamental para nós é de que **a energia não deve ser tratada como uma mercadoria qualquer; constitui um pilar essencial do nosso sistema económico e social e, por conseguinte, um elemento central na prestação de serviços públicos**. Por esse motivo, é necessário criar um quadro regulamentar para a energia futura que garanta não só um aprovisionamento energético ecológico, a preços comportáveis e fiável, mas também o direito à energia. Tratar-se-á de um modelo híbrido sustentado pelas forças do mercado e por uma gestão governamental orientada para metas, sob o lema «**liberalizar sempre que possível, regular sempre que necessário**».

Na nossa proposta, o cerne deste modelo encontra-se um «**serviço para a eletricidade**» a estabelecer **pelos governos**, que adquire eletricidade aos produtores e a vende aos fornecedores de clientes domésticos, às PME, às comunidades de cidadãos para a energia e aos grandes consumidores e, sempre que adequado e possível, a outros países.

Felicitamos a Comissão por pretender tornar o mercado da eletricidade mais centrado nos consumidores, mas entendemos que poderia ter ido mais longe. Por exemplo, na nossa opinião, o mercado deve ser organizado por forma a assegurar que **os consumidores ou outros pequenos participantes no mercado, que geram a sua própria eletricidade, beneficiem ao máximo da eletricidade que geram, mesmo que a enviem para a rede**. Outra forma, mais justa, de dar aos pequenos produtores esta oportunidade é a ideia apresentada pelo CESE de um «**banco de eletricidade**», um exemplo que pode ser estudado e desenvolvido em maior profundidade.

Por último, salientamos que o mercado da eletricidade está a passar por uma mudança de paradigma e que, por conseguinte, terá indubitavelmente de ser reformado nos próximos anos.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

A Comissão Europeia apresentou recentemente uma nova proposta para promover a reparação de bens em vez da sua substituição, que se tornou a opção por sistema nos últimos anos. Este mês, o CESE apresentará as suas propostas para reforçar o «direito à reparação». Solicitámos a Thierry Libaert que explicasse o que o CESE solicita.

Thierry Libaert é o relator do parecer do CESE sobre este assunto e foi autor de um relatório pioneiro do CESE que, em 2013, colocou pela primeira vez a obsolescência programada no radar da UE. Algumas das suas propostas originais começam agora a ganhar forma.



Por um verdadeiro direito europeu à reparação

Pergunta do CESE: Quais são as novidades que o Comité pretende introduzir no Parecer – Direito à reparação?

Thierry Libaert: A reparabilidade dos produtos é um tema realmente representativo do trabalho do Comité, por duas razões:

Em primeiro lugar, porque faz parte de uma dinâmica de longa data assente na defesa dos consumidores, em especial a favor de produtos sustentáveis e contra alegações ambientais enganosas, e, em segundo lugar, porque, em temas como este, conseguimos quase sempre alcançar uma vasta maioria nas votações em reunião plenária.

O [Parecer – Direito à reparação](#), que elaborei em conjunto com **Émilie Prouzet** (correlatora), demonstra o alinhamento cada vez maior entre as questões dos consumidores e as preocupações em matéria de proteção do ambiente. A reparação dos produtos reduz a extração das matérias-primas – em particular, de matérias-primas críticas – e, sobretudo, diminui a deposição em aterros, numa época em que os resíduos dos setores elétrico e eletrónico são estimados em 7,4 milhões de toneladas por ano.

No nosso parecer, apoiamos a proposta da Comissão, mas solicitamos que vá mais longe de forma que o direito à reparação seja uma realidade e não apenas teoria. Tal implica proibir determinadas práticas que constituam um obstáculo à reparação (nomeadamente a serialização), apoiando os produtos reconicionados e a impressão 3D e oferecendo apoio concreto aos prestadores de serviços de reparação, por exemplo para a sua formação. Serão também necessárias campanhas de sensibilização dos consumidores, tendo muitos deles perdido o reflexo de mandar reparar os seus bens em vez de simplesmente os substituírem. As ações neste domínio devem ser abrangentes e envolver todas as partes interessadas.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Na coluna «O convidado surpresa», apresentamos personalidades excepcionais do mundo da ciência, do jornalismo, da cultura e da vida social e política.

A nossa convidada deste mês é **Oleksandra Matviichuk**, defensora dos direitos humanos e diretora do Centro para as Liberdades Cívicas (Ucrânia). Oleksandra Matviichuk especializou-se na criação de estruturas horizontais para a participação em massa de pessoas em atividades no domínio dos direitos humanos, donde se destaca a iniciativa Euromaidan SOS, e tem vários anos de experiência na documentação de crimes de guerra. Redigiu vários relatórios para a ONU, o Conselho da Europa, a UE, a OSCE e o Tribunal Penal Internacional. Iniciou a campanha para a libertação de Oleg Sentsov (#SaveOlegSentsov) e de outros presos políticos na Crimeia e em Dombasse. Recebeu o Prémio dos Defensores da Democracia das missões da OSCE pelo seu contributo exclusivo para a promoção da democracia e dos direitos humanos. Em 2022, Oleksandra Matviichuk foi galardoada com o Prémio Right Livelihood e reconhecida pelo *Financial Times* como uma das 25 mulheres mais influentes no mundo. Também em 2022, o Centro para as Liberdades Cívicas, dirigido por Oleksandra Matviichuk,, recebeu o Prémio Nobel da Paz, juntamente com Ales Bialiatski, ativista bielorrusso defensor da independência e da democracia, e a organização russa «Memorial».



A Ucrânia fortalecerá a NATO

Por Oleksandra Matviichuk

Como advogada defensora dos direitos humanos tenho documentado crimes de guerra desde que a Rússia iniciou esta guerra em 2014 e, portanto, mais cedo ou mais tarde, todos eles serão punidos. No entanto, como ser humano, compreendo que não podemos esperar até lá para pôr termo a esses crimes. É por isso que sou a favor de que se inicie rapidamente o processo de adesão da Ucrânia à NATO.

O número de crimes de guerra cometidos não tem precedentes. As tropas russas destruíram deliberadamente edifícios residenciais, igrejas, escolas e hospitais, atacaram corredores de retirada de civis, criaram um sistema de campos de filtragem, organizaram deportações forçadas, cometeram raptos, violações, torturas e assassínios de civis nas zonas ocupadas.

Esta não é uma guerra entre dois Estados. É uma guerra entre dois sistemas – o autoritarismo e a democracia. A Rússia está a tentar provar que a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos são valores falsos. Se esses valores são genuínos, então por que razão não podem proteger ninguém? Porque é que todo o sistema internacional de paz e segurança não pode pôr termo às atrocidades russas? Porque é que eu, uma advogada defensora dos direitos humanos, que ando há anos a usar lei para proteger as pessoas, sou agora obrigada a responder à pergunta «De que forma podemos proteger as pessoas da agressão russa?», dizendo «Dando armas modernas à Ucrânia?»

Porque, de momento, a lei não está a funcionar. Mas espero sinceramente que se trate de uma situação passageira.

Há décadas que as forças militares russas cometem crimes internacionais na Chechénia, na Moldávia, na Geórgia, no Mali, na Líbia e na Síria e ficam sempre impunes.

É preciso acabar com este ciclo de impunidade. Temos de criar agora um tribunal especial para julgar esses crimes de agressão e responsabilizar Putin, Lukashenko e outros indivíduos pelos atos criminosos cometidos.

Sim, é arrojado, mas é a medida certa.

Contudo, enquanto advogada defensora dos direitos humanos, tenho vindo a documentar crimes de guerra e, um dia, todos os criminosos russos serão responsabilizados. Sou um ser humano e compreendo que não podemos esperar até lá para pôr termo a esses crimes. Daí defender o seguinte:

Enquanto a Ucrânia permanecer vulnerável, todo o sistema de segurança euro-atlântico permanece vulnerável. Há responsáveis políticos que, em vez de falarem da adesão da Ucrânia à NATO, falam em dar-lhe algumas garantias de segurança que, na realidade, nem sequer podem ser equiparadas ao disposto no artigo 5.º do Tratado da NATO. Como podem algumas garantias individuais assegurar a segurança de um país tão vasto, que nem sequer pode ser defendido dos ataques russos por um único escudo antimísseis? Quais serão os custos a longo prazo, nomeadamente devido às consequências diretas da insegurança, como a «crise alimentar»? Existem garantias específicas que nos permitem alcançar a sustentabilidade, quando o que é hoje reconstruído pode voltar a ser destruído amanhã? Ou como assegurar que os milhões de refugiados ucranianos que regressam à Ucrânia estarão seguros?

A Ucrânia merece tornar-se membro da NATO. A Ucrânia partilha os valores da liberdade e da democracia e está pronta a defendê-los. A Ucrânia não será apenas um beneficiário, mas contribuirá fortemente para a segurança da Aliança. Não são promessas, mas um facto comprovado no campo de batalha. A Ucrânia fortalecerá a NATO.

O início da adesão efetiva da Ucrânia à NATO é uma forma de pôr termo à guerra e não de fazer com que se alastre, pois a «incerteza estratégica» será sempre uma razão para a Rússia continuar a atacar a Ucrânia.

As pessoas na Ucrânia esperam resultados concretos da Cimeira da NATO que terá lugar em Vínus, em 11-12 de julho de 2023. Chegou o momento de demonstrar que a porta da NATO está aberta e de tomar as decisões que iniciarão o processo de adesão da Ucrânia à NATO.

A Rússia sempre foi proativa. A Rússia tem utilizado as guerras e a ocupação de territórios estrangeiros para colocar a comunidade internacional perante um facto consumado e forçá-la a conformar-se com a nova realidade. Os países democráticos que participam na NATO devem finalmente tomar a iniciativa de começar a gerir este processo. Há demasiado tempo que consideramos a segurança um dado adquirido. Temos de assumir a responsabilidade pelo nosso futuro comum.

NOTÍCIAS DO CESE



CESE defende Fundo Europeu de Soberania em detrimento dos subsídios nacionais

Num parecer exploratório sobre o 30.º aniversário do mercado único, o CESE apoia a proposta da Comissão de criar um fundo da UE que reúna recursos para o investimento em projetos-chave de tecnologias verdes, em alternativa à flexibilização das regras de

concorrência.

A flexibilização das regras em matéria de auxílios estatais para defender as empresas europeias face à concorrência norte-americana, no seguimento da lei de redução da inflação dos EUA, poderá criar assimetrias entre os Estados-Membros mais ricos, como a Alemanha, que têm capacidade para subsidiar as suas indústrias, e os Estados-Membros com menor margem de manobra orçamental, que não podem fazê-lo, salientou o CESE num [novo parecer](#), que faz o balanço de trinta anos de mercado único e analisa o seu futuro.

«O Fundo Europeu de Soberania constitui a melhor forma de dar um novo ímpeto à política industrial europeia e ao investimento nas tecnologias verdes», afirmou o relator, **Felipe Medina Martín**, do Grupo dos Empregadores do CESE, que salientou também a necessidade de rever e alterar as regras atuais em matéria de auxílios estatais.

«Importa refletir sobre os critérios para a atribuição de auxílios estatais, os seus efeitos e utilidade», declarou. «Enquanto alguns setores puderam beneficiar da concessão de auxílios estatais, bem como de derrogações e isenções nessa matéria, o mesmo não aconteceu com outros. Se acrescentarmos a esta situação os desequilíbrios existentes entre os Estados-Membros, obtemos enormes disparidades no que toca à competitividade na UE.»

O parecer do CESE sublinha que o mercado interno constitui, sem sombra de dúvida, um dos maiores sucessos políticos, económicos e sociais da União, mas afirma também que deve ser um projeto em evolução constante, capaz de se adaptar às novas mudanças e estar à altura dos desafios futuros.

Entre os novos desafios, importa dar prioridade à **autonomia estratégica aberta**: o abastecimento e o comércio, a energia e as matérias-primas críticas, bem como os acordos com países que partilham dos mesmos valores, são uma das vias a explorar a esse respeito.

O CESE manifesta-se preocupado com o facto de, no mercado interno, **a maior parte dos encargos regulamentares continuar a ser gerada a nível nacional**, pois, por vezes as normas nacionais entram em vigor antes da apresentação das iniciativas da UE, o que impede a harmonização e pode originar distorções no mercado único. Para prevenir este obstáculo, o CESE recomenda que a UE seja mais proativa e rápida a elaborar legislação.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o CESE gostaria que as medidas de promoção da competitividade e sustentabilidade das empresas fossem acompanhadas de medidas de proteção da qualidade do trabalho e defesa dos direitos dos cidadãos, defesa do consumidor e condições justas para as empresas de menor dimensão.

«O mundo está a mudar e o paradigma utilizado para o mercado único nos últimos 30 anos também terá de mudar, provavelmente de forma radical, para podermos fazer face aos novos desafios geopolíticos», salientou o correlator, **Angelo Pagliara**, do Grupo dos Trabalhadores do CESE. «Para garantir uma verdadeira competitividade, temos de combater todas as formas de *dumping*, incluindo o *dumping* social e o *dumping* fiscal, pois trata-se de um instrumento que prejudica a competitividade.»

Este parecer geral será seguido de pareceres sobre aspetos específicos do mercado único. (dm)



[CESE apela para que a UE adote legislação sobre a prevenção de riscos psicossociais relacionados com o trabalho](#)

No Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho de 2023, o Comité Económico e Social Europeu instou a União Europeia a adotar legislação vinculativa para prevenir os riscos psicossociais no local de trabalho. Está mais do que comprovado que o trabalho precário tem um impacto significativo na saúde mental dos trabalhadores.

Em 27 de abril, o CESE apresentou o seu Parecer – [Trabalho precário e saúde mental](#) durante um debate com **Joaquín Pérez Rey**, secretário de Estado do Emprego e Economia Social de Espanha.

O relator do parecer, **José Antonio Moreno Díaz**, reiterou que está claramente comprovado que o trabalho precário aumenta a probabilidade de deterioração da saúde mental dos trabalhadores, algo que está a tornar-se numa questão de saúde pública.

O trabalho precário nas suas várias vertentes, como sejam a precariedade laboral, os contratos temporários abusivos, os horários de trabalho longos e a incapacidade de planificar o tempo de trabalho, viola os direitos fundamentais dos trabalhadores e, como tal, tem de ser erradicado e combatido em todas as suas formas. Por esta razão, o CESE apelou para a adoção de legislação vinculativa a nível da UE e para o desenvolvimento e a modernização da Diretiva 89/391/CEE relativa à segurança e saúde no trabalho.

«Além de precisarmos de um ambiente de trabalho de qualidade elevada que não cause sofrimento físico ou psicológico, precisamos também de uma diretiva da UE sobre os riscos psicossociais», afirmou **José Antonio Moreno Díaz**.

Nas palavras do presidente do CESE, **Oliver Röpkke**, «este comité tem estado empenhado em contribuir para fazer avançar a agenda social da UE e construir uma Europa sustentável, competitiva e preparada para o século XXI. Isto significa, entre outros aspetos, assegurar condições dignas no mercado de trabalho, apoiar a participação dos trabalhadores e combater o trabalho precário». (II)



Cartão Europeu de Deficiência garante livre circulação das pessoas com deficiência

O Cartão Europeu de Deficiência, uma das principais prioridades do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, permitirá às pessoas com deficiência exercerem o seu direito fundamental de liberdade de circulação na UE, em pé de

igualdade com as pessoas sem deficiência.

O CESE acolheu favoravelmente a iniciativa de criar um Cartão Europeu de Deficiência, lançada pela Comissão Europeia com o objetivo de ajudar as pessoas com deficiência a circular e residir livremente na União Europeia.

Num [parecer](#) adotado na reunião plenária de abril, o CESE adverte, porém, que o êxito do cartão depende do reconhecimento mútuo do estatuto de deficiência entre os países da UE, o que não acontece atualmente. A ausência de reconhecimento priva as pessoas com deficiência de beneficiarem de medidas de apoio quando viajam para outros países. Trata-se de uma violação flagrante da sua liberdade de circulação, um valor fundamental da UE.

O relator do parecer, **Ioannis Vardakastanis**, afirmou: «Neste momento, temos cidadãos europeus de primeira e de segunda classe. Os de primeira classe podem deslocar-se de um Estado-Membro para outro para viajar, trabalhar, estudar ou fixar residência, e os de segunda classe não podem fazê-lo. Graças ao Cartão Europeu de Deficiência, será possível transpor esses obstáculos.»

No seu parecer, o CESE assinala que o Cartão Europeu de Deficiência é uma reivindicação de longa data e uma prioridade importante do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência. Recomenda a criação do cartão através de um regulamento, uma vez que esse é o instrumento mais adequado para assegurar a sua aplicação universal e coerente e evitar diferenças de execução a nível nacional.

Haverá que adotar também medidas complementares para assegurar a acessibilidade dos transportes, dos serviços e dos edifícios e proteger os dados pessoais integrados no cartão, em conformidade com as regulamentações em matéria de proteção de dados. Assim, o cartão funcionará como um passaporte europeu de deficiência.

No entender do CESE, o cartão obrigará os Estados-Membros a melhorar os sistemas atuais, baseados principalmente numa abordagem médica, para que estejam em consonância com os modelos que respeitam a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD).

Para assegurar o êxito do cartão, o CESE apela para a plena participação das pessoas com deficiência e das suas organizações em todas as fases de implantação e durante o processo de monitorização.

Solicita igualmente que o Cartão Europeu de Deficiência e o cartão europeu de estacionamento sejam dois cartões distintos em formato físico. Desta forma, será mais fácil para as pessoas com deficiência usarem os sistemas de transporte e acederem aos serviços públicos. (II)



Para ser eficaz, diálogo social precisa de vontade política e empenho

O CESE considera oportunas e necessárias as propostas da Comissão para reforçar o diálogo social nos Estados-Membros e na UE, mas insiste em medidas adicionais. Cumpre agir no sentido de reforçar as consultas nacionais com os parceiros sociais, a cobertura da negociação coletiva a nível nacional e europeu e a aplicação dos acordos celebrados entre os parceiros sociais.

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) congratula-se com a recente iniciativa da Comissão Europeia que visa reforçar e promover o diálogo social na UE. Chama, no entanto, a atenção para algumas questões que têm de ser abordadas, a fim de assegurar a pertinência e a eficácia do diálogo social a nível nacional e europeu.

No [parecer](#) adotado na reunião plenária de abril, o CESE examina a comunicação apresentada recentemente pela Comissão sobre o reforço do diálogo social e a proposta de recomendação do Conselho dedicada ao mesmo tema.

O CESE alerta para que não se considerem os resultados positivos do diálogo social como um dado adquirido e recomenda à Comissão que analise os modelos nacionais, regionais e setoriais bem-sucedidos e procure determinar a origem do seu êxito.

«À luz da ambição de reforçar o diálogo social, a iniciativa da Comissão é um passo em frente. No entanto, o nosso parecer recomenda medidas adicionais, como o reforço da dimensão tripartida do diálogo social a nível nacional e da cobertura da negociação coletiva e o recurso às diretivas do Conselho para elaborar regras claras de aplicação dos acordos entre os parceiros sociais», afirmou o relator do parecer, **Pekka Ristolä**.

No entender do CESE, para ser eficaz, o diálogo social tem de incluir parceiros sociais representativos e legítimos que disponham dos conhecimentos, da capacidade técnica e de um acesso atempado às informações pertinentes. Carece igualmente de vontade política e empenho em participar no diálogo social. Também é necessário respeitar os direitos e a autonomia dos parceiros sociais, como a liberdade de associação e de negociação coletiva, bem como estabelecer um quadro jurídico e institucional facilitador.

«Consideramos que a proposta de recomendação é o instrumento adequado para apoiar este processo, desde que contenha disposições claras e eficazes no que respeita ao acompanhamento da sua aplicação, como inicialmente proposto pela Comissão. O debate entre os Estados-Membros leva-nos a crer que este aspeto parece constituir um problema desde o início. O texto final da recomendação será o teste decisivo de uma vontade política genuína de reforçar verdadeiramente o processo», declarou a correlatora, **Maryia Mincheva**.

Para compensar o facto de que, em alguns Estados-Membros, a dimensão tripartida do diálogo social é mais formal do que significativa, o CESE propõe a criação de um quadro comum eficaz a aplicar a nível nacional para a participação dos parceiros sociais. Se essa participação não for significativa, o CESE recomenda que a Comissão tome medidas.

O CESE observa que o diálogo civil, que envolve um conjunto mais vasto de partes interessadas e temas, constitui um processo distinto. Esta distinção deve também ser feita no apoio ao reforço das capacidades dos parceiros sociais e da sociedade civil. (II)



[CESE apela a metaverso ético e seguro para empresas e sociedade](#)

Na reunião plenária de abril, o Comité Económico e Social Europeu adotou um parecer sobre o impacto do metaverso na sociedade. O parecer salienta a necessidade de a UE abordar rapidamente as oportunidades e os riscos associados ao metaverso e assegurar um ambiente virtual inclusivo e seguro.

O metaverso já demonstrou o seu potencial para oferecer soluções eficazes em termos de custos, uma produção mais rápida, maior qualidade, redução dos riscos e maior eficiência. Também poderá contribuir para a atenuação do impacto ambiental ao levar o trabalho à distância para um novo patamar, reduzindo a necessidade de viagens físicas e as emissões de carbono.

O relator do parecer do CESE, **Martin Böhme**, sublinhou que «o metaverso e os mundos virtuais vão ter um impacto muito acentuado nas nossas vidas, trazendo consigo oportunidades, mas também potenciais riscos que não devem ser ignorados».

Os mundos virtuais comportam vários riscos, especialmente para as crianças e os grupos vulneráveis. O Comité insta os operadores de plataformas a criarem mecanismos de controlo rigorosos, a fim de filtrar e remover conteúdos nocivos, e garantias para evitar o assédio e comportamentos oportunistas e de abuso. As questões de dependência, de privacidade e de saúde mental são outras das principais preocupações dos utilizadores.

A legislação em vigor pode não ser suficiente para regulamentar os mundos virtuais. O CESE insta as instituições da UE a assegurarem-se de que a legislação vigente e a tributação no mundo real são respeitadas no metaverso e que são adotadas novas medidas para responder às suas necessidades específicas.

O parecer assinala que o metaverso industrial encerra um potencial significativo para as empresas europeias que procuram otimizar as suas operações, recolher dados e melhorar o desempenho. Os desafios industriais incluem a necessidade de maior aceitação da utilização destas novas tecnologias, requalificação da mão de obra e experiências éticas e seguras.

«A construção de metaversos para as empresas requer um tipo específico de competências, e a Europa deve envidar esforços para se tornar, uma vez mais, uma comunidade de acolhimento para investigadores, a fim de se manter na vanguarda», declarou **Hervé Jeannin**, correlator do CESE.

O CESE está atualmente a elaborar um segundo parecer sobre o metaverso, a adotar no segundo semestre do ano. (gb)



Transportes ecológicos devem ser financeiramente aceitáveis e socialmente viáveis

A perspetiva de transportes sustentáveis a longo prazo é realista, mas só será possível se as pessoas, a indústria e o setor dos transportes aderirem a dois objetivos: a redução de 90% das emissões no setor até 2050 e o compromisso de utilizar as formas e os meios acordados para alcançar o resultado final.

Esta foi a mensagem transmitida no [parecer do CESE](#) elaborado por **Stefan Back** e por **Mateusz Szymański**, adotado na reunião plenária de 27 de abril de 2023.

Para cumprir o objetivo de transportes ecológicos a longo prazo, «a transição deve ser apelativa e realista e, por conseguinte, aceitável para os cidadãos e as empresas sob três aspetos: financeiro, social e prático», afirmou **Stefan Back**.

«Só assim a nossa sociedade pode apoiar ativamente a transição; caso contrário, corre-se o risco de fracasso e até, em última análise, de agitação social», acrescentou **Mateusz Szymański**.

Mais concretamente, o CESE afirma que, para lograr a transição, têm de estar reunidas determinadas condições.

Em primeiro lugar, as empresas devem sentir que não estão sobrecarregadas com custos e que manterão a sua competitividade, tanto dentro como fora da UE.

Em segundo lugar, os trabalhadores devem considerar a transição aceitável e ter a possibilidade de se adaptar às novas condições de trabalho de uma forma socialmente aceitável.

Em terceiro lugar, os cidadãos que vivem em aglomerados urbanos e em zonas rurais devem beneficiar de acessibilidade e mobilidade a um custo razoável e em boas condições gerais. (mp)



Semestre Europeu: ampla consulta da sociedade civil organizada destaca a necessidade de reformas sólidas

O CESE reiterou o seu pedido de revisão do Semestre Europeu, apelando para a adoção de um regulamento da UE que torne obrigatória a participação da sociedade civil no ciclo político anual.

Num parecer debatido e adotado na reunião plenária de abril, o CESE salientou que as reformas económicas devem basear-se em fatores sociais e não apenas em indicadores económicos. Frisou ainda que o processo de recomendações específicas por país deve ser revisto de modo a incentivar os Estados-Membros a liderarem a execução das mesmas.

O Semestre Europeu é o ciclo anual de coordenação das políticas económicas, sociais e orçamentais entre os Estados-Membros, que acompanha também a execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR). Desde a sua introdução em 2011, o Semestre Europeu tem desempenhado um papel importante, mas também revelado insuficiências significativas.

O CESE apela de novo, no seu parecer, para a reforma do Semestre Europeu centrada no reforço da sua transparência e da democracia, numa maior participação da sociedade civil organizada e num funcionamento mais eficaz. O CESE recomenda:

- a revisão dos sistemas de indicadores existentes, que devem ser complementados e harmonizados entre si, de modo a contribuir para procedimentos de avaliação mais eficazes;
- a aplicação de um horizonte temporal de três anos para as recomendações específicas por país – que são um dos principais instrumentos do Semestre Europeu –, com avaliações e revisões anuais, devendo o incentivo mais adequado consistir em associar a execução e financiamento dessas recomendações ao orçamento da UE;
- a participação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil através de um processo de consulta formal estruturado e de um organismo que esteja legalmente incumbido dessas funções. Os conselhos económicos e sociais nacionais devem também desempenhar um papel importante neste processo;
- a definição dos princípios e das características gerais da participação estruturada e permanente da sociedade civil organizada nas diferentes fases do Semestre Europeu num regulamento da UE.

Comunicado de Imprensa

[Versão integral do parecer](#) (tk)



Ações da Rússia na Ucrânia devem ser ecocídio ao abrigo da legislação da UE

A guerra na Ucrânia causou danos ambientais transfronteiriços significativos, suscitando sérias preocupações. O CESE apela para que as ações da Rússia sejam consideradas crime ao abrigo da legislação da UE e salienta a necessidade de proteger o ambiente para salvaguardar os direitos fundamentais.

A destruição generalizada das florestas e a poluição do ar e da água comprometeram gravemente os ecossistemas ucranianos, colocando em risco a sua biodiversidade variada, os ecossistemas, a saúde humana e a produção agrícola. O CESE, juntamente com o Parlamento Europeu, apela para que o ecocídio seja reconhecido como infração penal ao abrigo do direito da UE, a fim de responsabilizar a Rússia pelas suas ações e prevenir futuras catástrofes ambientais.

A relatora **Ozlem Yildirim** afirmou: «O CESE sublinha a necessidade urgente de melhorar a proteção do ambiente para salvaguardar os direitos fundamentais na União Europeia e não só, e considera que essa necessidade é ainda maior face aos sérios danos ambientais causados pela guerra na Ucrânia».

O Comité reclama igualmente a adoção de medidas que permitam documentar e medir os danos causados, garantir proteção jurídica e assegurar a responsabilização e uma recuperação pós-guerra justa em linha com as normas internacionais.

O direito a um ambiente saudável é vital para o bem-estar social e económico, pois muitos postos de trabalho dependem de um clima saudável. O CESE insta os Estados-Membros e as instituições da UE a reforçarem os instrumentos jurídicos e a intensificarem os esforços para proteger o direito a um ambiente saudável, especialmente tendo em conta a fragilidade dos ecossistemas evidenciada pelo conflito na Ucrânia. (ks)



[CESE visita aldeia-modelo em matéria de energia sustentável no sul da Alemanha](#)

Os membros viram de perto um ecossistema sofisticado que protege o ambiente, promove o êxito económico, encoraja práticas de economia circular na agricultura e alimenta a coesão social.

Em 5 de maio, uma delegação de membros do Comité Económico e Social Europeu visitou Wildpoldsried, uma aldeia da região alemã de Allgäu que apostou na energia sustentável.

A aldeia é famosa pela sua utilização bem-sucedida de energia renovável produzida localmente e pela forte participação do público.

Os membros do CESE ficaram impressionados com as infraestruturas da aldeia, que incluem turbinas eólicas, uma central de biogás, uma central de cogeração com uma rede de aquecimento urbano e um sistema fotovoltaico equipado com uma bateria.

A abordagem inovadora e sustentável dos habitantes de Wildpoldsried é um excelente exemplo de um ecossistema sofisticado que protege o ambiente, promove o êxito económico, encoraja práticas de economia circular na agricultura e alimenta a coesão social através da participação cívica.

A visita foi particularmente interessante para o CESE, que aconselha as instituições da UE sobre questões relacionadas com a sociedade civil e procura colmatar o fosso entre o empenho social e as políticas da UE. (ks)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Trinta anos de mercado único: uma análise crítica do CESE

Por Felipe Medina, membro do Grupo dos Empregadores do CESE

A União Europeia celebra os trinta anos do mercado único, que permite aos cidadãos da União estudar, viver, fazer compras e trabalhar em qualquer Estado-Membro da UE, garantindo a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Não é exagerado afirmar que o mercado único constitui a essência da União Europeia, o grande instrumento que permitiu eliminar as fronteiras políticas, sociais e económicas e progredir para uma cidadania e identidade europeias.

Os acontecimentos aos quais a União Europeia – e o mundo inteiro – estiveram expostos nos últimos anos convidam-nos a refletir sobre a forma de criar um mercado único que seja mais resiliente e menos dependente do mundo externo. O Comité Económico e Social Europeu aborda este tema no seu [Parecer –Trinta anos de mercado único: como reforçar o seu funcionamento? \(INT/1011\)](#), que foi adotado na reunião plenária de abril.

Ao longo do parecer, destaca-se uma palavra-chave sobre o futuro da União Europeia: «competitividade». O parecer salienta a necessidade de criar condições concorrenciais equitativas para as empresas, «promovendo o crescimento e a concorrência leal e criando um ambiente vantajoso do ponto de vista social e empresarial». A preocupação principal do CESE são as insuficiências do mercado único que afetam a competitividade e a sustentabilidade das empresas.

Todos os intervenientes na construção da União Europeia têm o dever de sensibilizar as gerações mais jovens para a importância dos passos que foram dados para construir o mercado único, bem como a obrigação de advertir para os riscos que o ameaçam e de procurar definir orientações para ultrapassar esses riscos e aprofundar os progressos rumo a um futuro comum mais forte e consolidado.

O texto integral do artigo está disponível aqui: <https://europa.eu/!PHpC3R>



Cinquenta anos de luta pelos trabalhadores

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

As celebrações do 50.º aniversário da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) contaram com a participação de numerosos membros do Grupo dos Trabalhadores do CESE

As celebrações tiveram lugar de 23 a 26 de maio de 2023, em Berlim, Alemanha, no âmbito do congresso da CES.

A maior parte das organizações sindicais representadas no Grupo dos Trabalhadores do CESE estão filiadas na CES. Uma das prioridades do Grupo dos Trabalhadores consiste em continuar a desenvolver a cooperação com a CES nos próximos anos, uma vez que ambos são aliados naturais de longa data na promoção e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Durante o congresso, os membros do Grupo dos Trabalhadores e a sua nova presidente, **Lucie Studničná**, participaram em debates cruciais sobre questões como a renovação sindical, o futuro do trabalho e o futuro da Europa. O tema das próximas eleições da UE ocupou um lugar de destaque na ordem do dia: a coordenação sindical, bem como a coordenação entre o Grupo dos Trabalhadores e a CES, serão importantes na mobilização dos cidadãos para votarem em democratas progressistas em toda a UE.

Os debates incidiram igualmente noutras questões fundamentais, como a regulação da inteligência artificial no local de trabalho, a plena aplicação da Diretiva relativa à igualdade de remuneração, a garantia de uma dupla transição justa para todos os trabalhadores e o aumento da filiação sindical enquanto baluarte contra a ascensão da extrema-direita.

O congresso elegeu a nova equipa de liderança da CES. Adotou igualmente o seu manifesto e o programa de ação da CES para o período 2023-2027. (mg)



Construir sistemas europeus de saúde e de prestação de cuidados resilientes e sustentáveis: ilações da pandemia de COVID-19

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

Os cuidados de saúde devem centrar-se nas pessoas e ser encarados como um investimento social e não como um «custo». Foi esta a conclusão da conferência organizada pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do Comité Económico e Social Europeu na Casa da Europa, em Estocolmo, em 25 de maio de 2023.

Para tal, é necessário mudar as mentalidades no plano social, económico e político. Com base na cooperação estabelecida durante a pandemia de COVID-19, os Estados-Membros da UE têm de unir forças para criar sistemas de saúde e de prestação de cuidados resilientes e sustentáveis, que não deixem ninguém para trás e valorizem o trabalho dos prestadores de cuidados, das organizações da sociedade civil e dos voluntários.

A conferência contou com a participação de cerca de 90 representantes da sociedade civil e de instituições nacionais e europeias.

Na alocução de abertura da conferência, **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, lembrou que o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a preços acessíveis é um direito dos cidadãos da UE, que foi acordado por todos os Estados-Membros com a adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em 2017. Séamus Boland referiu ainda que esse direito foi reiterado pelos cidadãos em 2021, na Conferência sobre o Futuro da Europa, ao lançarem um apelo para o «direito à saúde». Frisou igualmente que, para prestar cuidados de saúde adequados aos mais vulneráveis, quer sejam pessoas idosas, jovens ou pessoas com deficiência, é necessário criar sistemas de saúde e de prestação de cuidados resilientes e de qualidade.

Lena Hallengren, deputada ao Parlamento e antiga ministra da Saúde e da Política Social da Suécia (2019-2022), referiu no seu discurso as medidas que o Governo sueco adotou para fazer face à pandemia. Afirmou que «a Suécia, devido às suas opções, foi frequentemente descrita nos meios de comunicação social internacionais como "peculiar". No entanto, viu-se que as medidas que tomámos eram suficientes desde que as pessoas mantivessem a distância e se abstivessem de frequentar locais públicos. E enquanto outros países fecharam as escolas, na Suécia as escolas continuaram a funcionar. Porque sabemos que a escola é muito importante para a formação das crianças e dos jovens, especialmente para os que vêm de famílias mais carenciadas».

Para continuar a ler, visite o [nosso sítio Web](#).

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



[Dia de Portas Abertas da UE: em 2023 voltamos a acolher calorosamente os visitantes](#)

A casa da sociedade civil organizada na Europa reabriu as suas portas aos visitantes no ano em que celebra o seu 65.º aniversário.

Após celebrar o Dia da Europa em linha por três anos consecutivos, o CESE voltou a acolher os visitantes na sua sede, no sábado, 6 de maio, por ocasião do Dia de Portas Abertas interinstitucional, realizado todos os anos.

Considerando que o CESE é a casa da sociedade civil organizada na Europa e 2023 marca o seu 65.º aniversário, a reabertura das suas portas ao público foi uma ocasião muito especial.

Entre as 10 e as 18 horas, os visitantes puderam desfrutar de música ao vivo, concursos digitais de conhecimentos, uma roda da fortuna, um jogo de pesca ao pato, a presença de um caricaturista, um espaço de animação infantil, uma atividade de simulação de votação rápida com os membros, uma conversa rápida com os membros e até com o novo presidente do CESE, que se encontrou e dialogou com os cidadãos e voluntários, e muito mais.

Quase 2300 visitantes atravessaram as portas do CESE para participar nestas atividades e receber a calorosa hospitalidade dos membros e de mais de 60 funcionários do Comité que se ofereceram como voluntários nesta ocasião.

Clique na [hiperligação](#) para ver algumas das imagens do dia. (sp)



[CESE participa no Encontro Europeu da Juventude, em Estrasburgo](#)

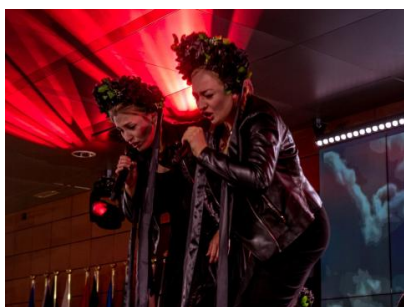
O CESE organizou um seminário no Encontro Europeu da Juventude (EYE), em 9 de junho de 2023, em Estrasburgo.

O seminário do CESE serviu de ocasião para apresentar as recomendações formuladas pelos estudantes que participaram no evento emblemático anual do CESE para os jovens, [«A tua Europa, a tua voz»](#), em 23 e 24 março de 2023.

Dois dos estudantes participantes apresentaram, com o apoio de um membro do CESE, as propostas vencedoras da assembleia de jovens e exploraram mais aprofundadamente a sua exequibilidade num debate aberto com o público presente.

O Encontro Europeu da Juventude, centrado nas políticas de juventude e em iniciativas de sensibilização dos jovens, proporcionou mais uma oportunidade para demonstrar aos participantes no evento «A tua Europa, a tua voz» e aos jovens em geral que a sua voz é escutada ao nível da UE.

Clique [aqui](#) para obter mais informações sobre a iniciativa «A tua Europa, a tua voz» e para aceder às recomendações que resultaram da edição de 2023. (sp)



[Representação ao vivo do Teatro Navpaky no CESE agora disponível em vídeo](#)

Alguns momentos altos do espetáculo musical «Lá, longe da vista», que prestou homenagem à luta dos ucranianos pela democracia e pela liberdade, foram registados em vídeo e podem

agora ser visionados no sítio Web do CESE.

O espetáculo apresentado pela Companhia de Teatro Navpaky da Polónia homenageou o heroísmo dos ucranianos, interpretando canções que contam as suas histórias. Ao todo foram apresentadas nove canções sobre as experiências de vida de vários jovens em contextos que refletem os acontecimentos numa Ucrânia devastada pela guerra.

A ideia do espetáculo era mostrar que as pessoas que lutam heroicamente pela sua liberdade não são estátuas de bronze sumptuosas, mas pessoas comuns, de carne e osso, com as suas próprias vidas, alegrias e dilemas.

O espetáculo realizou-se por ocasião da sessão de encerramento do evento anual do CESE «A tua Europa, a tua voz», em 24 de março. As canções foram cantadas em ucraniano e legendadas em inglês.

Com esta iniciativa, o CESE pretendeu destacar a importância de ouvir os jovens e também manifestar o seu apoio e solidariedade para com o povo ucraniano nestes tempos difíceis.

[Ver o vídeo](#) (dm)



Maratona 20 km de Bruxelas: CESE junta-se à equipa da UE para angariar fundos para os direitos humanos

No domingo, 28 de maio de 2023, o Comité juntou-se à equipa de maratonistas das outras instituições da UE, que correram para apoiar projetos caritativos num dos eventos desportivos mais populares da capital belga, este ano na sua 43.ª edição.

O evento, uma celebração do desporto recreativo, reuniu mais de 40 000 corredores e caminhantes de 89 países diferentes.

A equipa da UE angariou fundos para a Amnistia Internacional, defensora dos direitos humanos.

O vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, **Laurențiu Plosceanu**, deu o sinal de partida ao quarto bloco da corrida, juntamente com a presidente do Parlamento Europeu, **Roberta Metsola**, e o representante da Comissão Europeia, **Stefaan De Rynck**.

Laurențiu Plosceanu sublinhou a presença dinâmica das instituições da UE no evento em defesa da democracia e dos direitos humanos e descreveu a multidão como «um tsunami de 40 000 cidadãos que correm pela causa da paz, da democracia, dos direitos humanos e dos valores da UE».

A Associação de Estagiários do CESE, com uma equipa de 60 corredores, participou na prova para angariar fundos destinados aos veteranos de guerra da Ucrânia, em colaboração com a ONG «Promote Ukraine» e o Conselho Nacional de Reabilitação do Desporto. Os fundos angariados destinam-se ao financiamento de programas de reabilitação.

O evento foi organizado pelo Syndicat d'Initiative – Bruxelles Promotion 1886 e contou com a participação do primeiro-ministro belga, **Alexander De Croo**, que correu pela Cruz Vermelha Belga. (at)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Millie Tsoumani (mt)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Shah Parminder (sp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knobloch (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

07/2023